



**Município de Castro Marim**

**Câmara Municipal**

**Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira**

**Serviço de Contratação Pública**

# *Convite à Apresentação de Proposta*



**Procedimento de Ajuste Direto n.º 72/2024**

---

Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Convite</b>	

## Índice

01 – Objeto do Concurso .....	3
02 – Entidade Adjudicante .....	3
03 – Decisão de Contratar .....	3
04 – Documentos/Elementos que constituem a Proposta.....	3
05 – Prazo e Modo de Apresentação de Proposta.....	3
06 – Propostas com Variantes .....	4
07 – Esclarecimentos e Retificações das Peças do Concurso.....	4
08 – Fase de Negociação .....	4
09 – Prazo de Obrigação de Manutenção da Proposta.....	4
10 – Critério de Adjudicação .....	4
11 – Prestação de Caução .....	4
12 – Preço Base.....	4
13 – Documentos de Habilitação .....	5
14 – Exclusão de Propostas.....	6
15 – Legislação Aplicável.....	6
Anexo I .....	7
Anexo II .....	8
Anexo III .....	9

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Convite</b>	

### 01 – Objeto do Concurso

O procedimento tem por objeto a **aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025**, ao abrigo do artigo 24.º, n.º 1 alínea e), subalínea iii), do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, na atual redação.

### 02 – Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a **Câmara Municipal de Castro Marim**, NIPC 506 801 969, sita na Rua Dr. José Alves Moreira, n.º 10, 8950-138 Castro Marim com o endereço de correio eletrónico [expediente@cm-castromarim.pt](mailto:expediente@cm-castromarim.pt) e os números de telefone 281 510 740 e fax 281 510 743.

### 03 – Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi adotada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim, em 12 de dezembro de 2024, no uso de competência própria, definida nas f) e g) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e do n.º 1 do artigo 36.º do CCP.

### 04 – Documentos/Elementos que constituem a Proposta

1. A proposta deverá vir acompanhada de declaração sob compromisso de honra, de que preenche os requisitos de idoneidade, exigidos e não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 57.º do CCP (Anexo I).
2. Proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante no Anexo III deste Convite.
3. Documento onde constem os preços unitários e respetiva(s) taxa(s) de IVA aplicável(is).

### 05 – Prazo e Modo de Apresentação de Proposta

1. A proposta e os documentos que a acompanham deverão ser apresentados, pelos concorrentes na plataforma eletrónica em uso nesta Câmara, AcinGov, no endereço <https://www.acingov.pt>, até às 17 horas do 6.º dia após o envio do Convite à Apresentação de Propostas.



MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Convite</b>	

- Nos termos do artigo 58.º, n.º 1, do CCP, os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

## **06 – Propostas com Variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

## **07 – Esclarecimentos e Retificações das Peças do Concurso**

Os esclarecimentos e retificações necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão solicitados e prestados de acordo com o estipulado no artigo 50.º do CCP.

## **08 – Fase de Negociação**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

## **09 – Prazo de Obrigação de Manutenção da Proposta**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data de termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme disposto no artigo 65.º do CCP.

## **10 – Critério de Adjudicação**

A adjudicação será efetuada após análise da conformidade da proposta com as peças e requisitos do Caderno de Encargos.

## **11 – Prestação de Caução**

O valor previsto para o preço contratual é inferior ao limite referido na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, pelo que não será exigida caução.

## **12 – Preço Base**

- Para efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 47.º do CCP, fixa-se como preço base, o valor de **€ 31.318,00 (trinta e um mil, trezentos e dezoito euros)**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- O preço base foi definido tendo em conta o valor apresentado em sede de procedimento anterior com o mesmo objeto.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Convite</b>	

### 13 – Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, em suporte digital, na plataforma eletrónica definida no ponto 5, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao CCP e do qual faz parte integrante;
  - b) **Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h), do n.º 1 do artigo 55.º do CCP**, nomeadamente:
    - i. **Certificado de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos. Quando se trate de pessoa coletiva será necessário de todos os titulares dos órgãos sociais de Administração, Direção ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções, bem como da pessoa coletiva;
    - ii. **Certidão** emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança social, IP, **que comprove a inexistência de dívidas à Segurança Social**, em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
    - iii. **Certidão comprovativa da situação de regularização de dívidas relativas a impostos, emitida pela Autoridade Tributária**, em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
  - c) Para além dos documentos referidos, o adjudicatário deve também apresentar:
    - i. **Certidão permanente ou código de acesso da sociedade, ou, Declaração de Início de Atividade, no caso de entidade singular;**
    - ii. **Documento comprovativo de submissão e validação da declaração efetuada no RCBE** (Registo Central de Beneficiário Efetivo), de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, indicação do código de acesso gerado pelo RCBE aquando da validação do registo (cfr. artigo 36.º, n.º 2 da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e artigo 6.º da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto), quando aplicável.
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 115.º do CCP.



MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	Convite	

#### 14 – Exclusão de Propostas

Serão excluídas as propostas que:

- Não cumpram o estabelecido no ponto 5 do presente Convite;
- Não sejam acompanhadas dos documentos e menções referidas no ponto 4 do presente Convite;
- Não cumpram as características/especificações estabelecidas na Parte II do Caderno de Encargos;
- Não observem as formalidades do modo de apresentação das candidaturas;
- Apresentem preço contratual superior ao preço base;
- Sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os candidatos prestem culposamente falsas declarações.

#### 15 – Legislação Aplicável

Em tudo o omissso no presente convite será aplicado o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto.

Castro Marim, 2024/12/12

O Presidente da Câmara



Dr. Francisco Amaral

<p align="center"><b>MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM</b> <b>Câmara Municipal</b></p>		
<p><b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025</p>	<p><b>Convite</b></p>	

## Anexo I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Convite</b>	

## Anexo II

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Convite</b>	

**Anexo III**  
Minuta de Proposta

**Proposta**

.....(indicar nome, NIF, estado, profissão e morada, ou firma, NIPC e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto da aquisição de ..... (designação da aquisição), a que se refere o procedimento de (Ajuste Direto, Consulta Prévia, Concurso Público) n.º ...../....., obriga-se a executar a referida aquisição, em conformidade com o caderno de encargos, pelo valor de €..... (por algarismos e por extenso) *(em caso de divisão em lotes, identificar os Lotes a que concorre e discriminar os respetivos atributos da proposta)*.

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Prazo de execução: .....

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro Concurso.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura